



JULIANNY STHEFANY ALVES DE MEDEIROS

**UMA AVALIAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS DE
CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Disciplina de TCC do curso de Ciências Contábeis
da Universidade Federal de Campina Grande,
campus de Sousa, como requisito para a obtenção do
grau de bacharel em Ciências Contábeis. Área de
concentração: Tópicos Contemporâneos em
Contabilidade.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Cristiane Queiroz Reis

SOUSA – PB
2018



UMA AVALIAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

Resumo: Com o crescimento acelerado de impactos ambientais causados por instituições de diversos setores de atuação, vem também aumentando a necessidade de serem exercidas condutas ambientais nas empresas na intenção de reduzir os impactos causados por elas, além de investir na sustentabilidade empresarial, é preciso também divulgá-las e isso se dá por meio da evidenciação de suas ações através de relatórios. Este estudo objetiva analisar a evidenciação ambiental das 10 (dez) maiores empresas brasileira de Capital Aberto no ano de 2017, através do exame dos seus Relatórios de Sustentabilidade divulgados em seus sites corporativos, que foi constituída de uma análise de conteúdo chamada *scorecard*, onde foram respondidas a questionamentos de natureza quantitativa e qualitativa no que diz respeito às condutas ambientais evidenciadas nestes relatórios divulgados por estas empresas brasileiras. Por meio desta análise chegou-se ao resultado de que empresas que causam nível médio de impacto ambiental, que seguem as regras da GRI e que divulgam suas informações de natureza sustentável através de Relatórios de Sustentabilidade apresentaram um coeficiente médio superior em relação às demais empresas que possuem baixo nível de impacto, que não seguem as regras da GRI e que não publicam seus dados ambientais em Relatório de Sustentabilidade.

Palavras chave: *Scorecard*; Relatório Anual; Relatório de Sustentabilidade; Evidenciação Ambiental.

1. Introdução

Nos últimos anos a responsabilidade com o meio ambiente e o impacto ambiental causado pelas empresas foram intensificados, ao ponto de as empresas se utilizarem de práticas mais responsáveis e sustentáveis em suas atividades, levando em conta que com essas ações estariam mitigando os impactos ambientais e ao mesmo tempo trazendo algo de positivo para sua empresa, que é atrair mais clientes, investidores e etc.

Diversas são as evidências da preocupação na direção do desenvolvimento sustentável, ainda que muitas vezes de forma restrita diante da amplitude do seu significado e da sua abrangência. “Os consumidores e investidores têm dado atenção a produtos e serviços que não agridem o meio ambiente, o que acaba por fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis”. (RIBEIRO, RESENDE E DALMÁCIO, 2008, p. 03).



No entanto, Kates *et al.* (2000) consideram a situação do mundo contemporâneo insustentável, uma vez que a sociedade em crescimento, globalizada e desigual não está conseguindo assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas que suportam a vida na Terra.

Para evidenciar as ações ambientais, a clareza das atividades, o comprometimento e o cuidado para com a coletividade, as instituições podem se utilizar de Relatórios de publicação de dados sustentáveis. No âmbito internacional se destaca o modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), um conceito recente que vem se consolidando como uma das referências mundiais para o *disclosure* na área. Criada em 1997, a partir da reunião de ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis, a GRI é uma organização *multistakeholder*, sem fins lucrativos, que desenvolve a estrutura de Relatórios de Sustentabilidade.

As empresas têm tido a necessidade de divulgar suas informações contábeis de forma clara e completa, pois cada vez mais elas são exigidas pelo ambiente externo (clientes, fornecedores, investidores, acionistas e etc), divulga-las é importante para atrair os *stakeholders*. Sendo assim, esta pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: **Qual o nível de evidenciação ambiental das maiores empresas brasileira de capital aberto?**

Dentro desse contexto a pesquisa tem como objetivo analisar a evidenciação ambiental das 10 maiores empresas brasileira de Capital Aberto no ano de 2017.

Este estudo justifica-se pela importância que se observa que as empresas dão as ações sustentáveis que elas exercem em suas atividades como forma de mitigar os impactos ambientais e essas ações são visualizadas por meio da análise do modelo de índice de divulgação ambiental utilizado por Clarkson *et al.* (2008), com a colaboração de um especialista em divulgação ambiental, que contém itens quantitativos e qualitativos onde chega-se a um resultado mais completo sobre os assuntos ambientais que estão descritos nos Relatórios de Sustentabilidade, como a existência ou não do engajamento dos *stakeholders* na implementação de políticas ambientais, se consta o impacto que a empresa causa no meio ambiente e etc.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Evidenciação Contábil (*Disclosure*)



Niyama e Gomes (1996) dão a dimensão do que se espera de uma evidenciação, ao afirmarem que:

Disclosure [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro. (p. 65)

Evidenciar significa “tornar evidente, mostrar com clareza, comprovar” (AURÉLIO, 1999), ou seja, evidenciação traduz-se como claro algo que não ofereça dúvida. Portanto, evidenciação contábil refere-se às informações que a sociedade torna acessível através das demonstrações e relatórios contábeis.

Sendo assim a evidenciação oferece qualidade e clareza das informações demonstradas, podendo servir como influenciador na tomada de decisões por parte dos gestores das sociedades e sendo uma informação útil também aos acionistas e *stakeholders*.

Tinoco e Kraemer (2004, p.256) explicam que o objetivo da evidenciação contábil seria: o de publicar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

Segundo Iudícibus (2000, p. 121), a evidenciação deve “apresentar informação qualitativa e quantitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário”. Além disso, Iudícibus (2000, p. 117) ainda ressalta a conexão entre a evidenciação e a convenção da materialidade. Todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O contador, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são o mais evidente processo de comunicação com o usuário externo.

2.2 Evidenciação Ambiental

Conforme Gray e Bebbington (2001), a divulgação de informação ambiental tornou-se um tema de grande importância que, ao longo da década de 1990, se configurou como uma



das maiores manifestações da interação das empresas com o meio ambiente, o que é um fenômeno notável, visto que permaneceu, em geral, como uma atividade voluntária.

Braga e Salotti (2008) salientam que a evidenciação ambiental pode ser entendida como as informações ambientais divulgadas por empresas com o intuito de atender à demanda informacional de determinados usuários.

No Brasil, de acordo com as normas contábeis, a divulgação de informações ambientais não é obrigatória. No entanto, existem recomendações para a divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação Nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários, a Norma e Procedimento de Auditoria Nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução Nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Nº 15.

O parecer de Orientação do CVM tem por objetivo orientar todas as companhias abertas e respectivos auditores independentes sobre a elaboração e publicação das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório de administração e parecer de auditoria. As normas e procedimentos de auditoria constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. E a resolução Nº 1003/04 do CFC que aprovou a NBC T 15 que estabelece os procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

2.3 Teoria da Divulgação Voluntária

A Teoria da Divulgação Voluntária trata-se do desenvolvimento da Teoria da Divulgação considerando a divulgação como os incentivos que os gestores e/ou as empresas têm para divulgar as informações. A respeito dessa Teoria, destaca-se o trabalho de Verrecchia (2001), apresentado de acordo com uma abordagem analítica descrevendo os modelos matemáticos desenvolvidos pela teoria para explicar e prever fenômenos relacionados ao *disclosure*.

O principal objetivo dessa teoria é explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras. Para Verrecchia (2001), entretanto, não há uma teoria da divulgação abrangente ou integrada, uma vez que não existe um paradigma central que balize as pesquisas nesta área. Essa posição é contestada por Dye (2001), que afirma ser essa teoria, que ele delimita como



teoria da divulgação voluntária, um caso especial da teoria dos jogos, com a premissa central de que a entidade irá divulgar informações favoráveis, ao mesmo tempo em que não evidenciará informações desfavoráveis. De qualquer modo, ambos os autores trabalham com a taxonomia dos trabalhos em teoria da divulgação, criada por Verrecchia (2001): divulgação baseada na associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência.

Segundo Verrecchia (2001 p.99) a primeira categoria inclui pesquisas com o objetivo principal de investigar a relação ou associação entre a divulgação e as mudanças no comportamento dos investidores, os quais competem no mercado de capitais na forma de agentes individuais que maximizam a sua riqueza. A segunda categoria compreende pesquisas que identificam quais os motivos da divulgação, ou seja, procuram examinar como os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações. A terceira categoria abrange pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as preferidas, na ausência de conhecimento passado sobre a informação, isto é, a divulgação ainda não ocorreu e, portanto, pode ser caracterizada como sendo *ex ante*.

A divulgação voluntária pode levar as corporações a obterem vantagens através do destaque em programas ambientais e o impacto que suas atividades causam no ambiente natural.

No Brasil não existe a obrigatoriedade de divulgação das informações ambientais, mas nota-se que existe um retorno positivo para as empresas quando elas divulgam suas informações ambientais, pois assim os *stakeholders* e todos que se interessem pela empresa podem ter acesso às informações sobre o impacto ambiental dessas empresas, suas práticas ambientais para mitigação destes impactos e etc.

Os *stakeholders* têm se interessado cada vez mais por empresas que divulgam suas informações ambientais, pois empresas sustentáveis são consideradas as que se devem investir, consumir e etc. Elas são enxergadas melhores do que outras empresas que não realiza nenhuma ação ambiental e nem as divulgam, o custo para gerar estas informações é alto, mas o retorno financeiro que as empresas têm com essa divulgação é superior ao seu custo.

2.4 Principais Instrumentos da Divulgação Voluntária

Segundo Tribess-Ono e Panucci-Filho (2013), os principais instrumentos de divulgação é o Balanço Social ou o Relatório de Sustentabilidade, que seguem modelos de relatórios como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o do Instituto



Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), e o G3 desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização internacional.

No presente trabalho o instrumento utilizado foi o Relatório de Sustentabilidade, seja ele separado ou integrado ao Relatório Anual, onde 90% das empresas analisadas se utilizaram do modelo proposto pela (GRI).

O Relatório de Sustentabilidade criado pela GRI é o modelo mais disseminado internacionalmente e encontra-se em sua terceira edição - G3, sua última revisão data de 2006. No Brasil sua utilização tem sido crescente sendo um dos modelos mais utilizados.

O modelo de relatório G3 da GRI possui 79 parâmetros de desempenho distribuídos em três categorias: econômica, ambiental e social. Sua estrutura é definida, a partir destes três tipos de indicadores, compostos por seis categorias de indicadores de desempenho: econômico, do meio-ambiente, referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente; a direitos humanos e à sociedade. Para cada indicador existe um conjunto de protocolos, que orienta o correto preenchimento, organiza e estabelece parâmetros precisos para as informações a serem divulgadas, o que confere caráter de comparabilidade entre os indicadores.

Este modelo de relatório possui detalhamento para as seis categorias de desempenho que propõe, auxilia o reconhecimento e divulgação da informação por parte da empresa, de modo a favorecer a transparência. Detalhes sobre o conteúdo a discorrer no relatório, referente aos indicadores de desempenho ambiental.

Ao submeter o relatório à GRI, a empresa deve declarar o nível de aplicação da estrutura modelo em seu documento, para isso, há uma escala de três níveis, intitulados, C, B e A. Em cada um dos níveis os critérios de relato indicam a evolução da aplicação ou cobertura da estrutura de relatórios proposta pela GRI. E, se utilizar verificação externa para o relatório, feita por empresas especializadas, poderá ainda autodeclarar um ponto a mais em cada nível, utilizando para isto um sinal de adição, como C+, B+, A+.

2.5 Estudos Correlatos

Vários estudos já foram realizados sobre o tema reforçando assim a sua importância, a pesquisa de Murcia *et al.*(2008), analisou a divulgação voluntária ambiental nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2006, com base em uma amostra de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Analisou-se a relação entre notícia (boa, ruim ou neutra), evidência (declarativa, quantitativa



monetária ou quantitativa não-monetária) e veículo de divulgação (relatório da administração, demonstrações contábeis ou notas explicativas). Os resultados demonstraram que existe relação entre a informação ambiental apresentada de forma declarativa com uma notícia boa, divulgada no relatório da administração. Já a informação monetária está mais relacionada com uma notícia neutra. A análise de regressão confirmou que o fator ‘tamanho’ e as variáveis ‘empresa de auditoria’ e ‘participação no ISE’ são relevantes em nível de significância de 5% para a explicação do *disclosure* voluntário ambiental nas demonstrações contábeis.

No estudo de Burgwal e Vieira (2014) eles estudaram 28(vinte e oito) companhias abertas holandesas no ano de 2008, onde buscaram reconhecer variáveis que tinham impacto expressivo no nível das ações de divulgação ambiental aplicadas por companhias abertas holandesas. Para testar o grau de divulgação ambiental, utiliza-se da análise de conteúdo, baseado nas regras da GRI que estabelece como deve ser feita a construção do Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido por Clarkson, Li, Richardson, e Vasvari (2008) em colaboração com um especialista em divulgação ambiental. Sendo assim, verificaram que os testes estatísticos comprovaram a existência de uma vinculação expressiva e favorável entre o tamanho do setor e o nível de publicação ambiental.

Na pesquisa de Batista *et al.* (2016), analisadas que variáveis podem influenciar o nível de divulgação ambiental junto as 52 maiores organizações transnacionais brasileiras, em 2014, segundo a Fundação Dom Cabral. O levantamento de dados, se deu a partir dos Relatórios Anuais, de Sustentabilidade e Formulários de Referência publicados no período de 2013 a 2014 pelas organizações analisadas e divulgados junto ao site da BM&FBOVESPA e nos seus sítios institucionais. Onde os resultados demonstraram que o grau de internacionalização é fator significativo para o nível de divulgação ambiental, confirmando-se a visão de que quanto maior os laços de Transnacionalidade existentes, maiores são a busca das instituições por alternativas capazes de estabelecer garantias relacionadas ao fortalecimento das relações com seus *stakeholders*.

Já Giacomini *et al.* (2017) em sua pesquisa, verificaram as variáveis determinantes da divulgação voluntária de informações de caráter ambiental de uma amostragem de 47(quarenta e sete) companhias abertas listadas na B3 como de alto impacto ambiental, evidenciadas nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatório da Administração, correspondentes ao exercício social de 2013. Os principais resultados obtidos neste estudo indicaram que as categorias mais evidenciadas pelas companhias se referiam aos impactos dos

produtos e processos e às políticas ambientais. Tamanho da companhia, certificação ambiental e controle acionário foram confirmados como variáveis determinantes do nível de divulgação voluntária ambiental das companhias da amostra.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A população do estudo consiste nas empresas de capital aberto com ações listadas na Bovespa, pertencentes a diversos setores e que publicaram seus Relatórios de Sustentabilidade no ano de 2017.

Como amostra foram selecionadas as 10 maiores empresas brasileiras, de acordo com a classificação publicada pela revista Forbes, no ano de 2018, que utilizou como critério de classificação as informações referentes a vendas, lucro, ativo e valor de mercado que causam pouco ou muito impacto ambiental, de setores de atuação como o financeiro, papel e celulose, alimentos, energia, química e petroquímica e mineração, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

| Posição no ranking geral da revista Forbes | Nome da Empresa | ICB - setor | Tipo de relatório 2017 |
|--------------------------------------------|--------------------------------------|---------------------|------------------------|
| 1° | Itaú Unibanco | Financeiro | RA - 2017 |
| 2° | Banco Bradesco | Financeiro | RA - 2017 |
| 3° | Vale S.A | Materiais básicos | RS - 2017 |
| 4° | Banco do Brasil S.A | Financeiro | RA - 2017 |
| 7° | Braskem S.A | Materiais básicos | RA - 2017 |
| 8° | Cielo S.A | Financeiro | RS - 2017 |
| 9° | JBS S.A | Consumo não cíclico | RA - 2017 |
| 10° | Eletrobrás S.A | Utilidade pública | RA - 2017 |
| 12° | Suzano papel e celulose | Materiais básicos | RS - 2017 |
| 14° | Companhia Brasileira de distribuição | Consumo não cíclico | RS - 2017 |

A pesquisa utilizou do modelo de índice de divulgação ambiental utilizado por Clarkson *et al.* (2008), que contém itens dividido entre divulgação ‘hard’ (quantitativa) e



‘soft’ (qualitativa) que deveriam ser respondidas levando em consideração uma escala de avaliação, que tem variação de 0(zero), não divulgou e 1(um), divulgou, para alguns itens de divulgação e de 0(zero) a 6(seis) para o nível de evidenciação divulgada, de acordo com o modelo proposto. Nesse modelo contém 29 medidas de divulgação ‘hard’, apresentadas em 4 categorias (1 a 4) que são objetivas. E 16 medidas de divulgação ‘soft’, apresentadas em 3 categorias (5 a 7) que são subjetivas. Cada categoria representa um tema específico para uma possibilidade de divulgação: 1) ‘estrutura de governança e sistemas de gestão’; 2) ‘credibilidade’ das informações contidas no relatório; 3) ‘indicadores de desempenho ambiental (IDA)’. As empresas podem publicar os dados de IDA para convencer os *stakeholders* dos seus compromissos com a sustentabilidade. Notas extras são dadas quando as empresas divulgam IDA com relação a preceitos médios da indústria, aspectos históricos e objetivos de emissões; 4) ‘gasto ambiental’; 5) ‘divulgação da visão e estratégia ambiental’; 6) ‘perfil ambiental’ de uma sociedade diante das normas ambientais vigentes e futuras; 7) ‘iniciativas ambientais’ das quais uma empresa está contribuindo (Clarkson *et al.*, 2008).

Para responder a esse modelo, foram apurados os dados das 10 (dez) maiores empresas brasileiras, em seus Relatórios Anuais ou de Sustentabilidade. Neu, Warsame e Pedwell (1998) observaram que os Relatórios Anuais são a principal fonte de informações financeiras e não financeiras. Sendo assim, elas foram as mais utilizadas pelas empresas, onde dentro de cada Relatório Anual havia um tópico em separado dedicado ao conteúdo sobre sustentabilidade. Os relatórios analisados foram obtidos nos sites das empresas, através de links que continham na Bovespa e tem como referência o ano de 2017.

Além do critério de divisão das empresas pelos relatórios que as mesmas divulgaram, elas também foram classificadas por empresas de alto, médio ou baixo nível, onde esse nível se referia ao alto, médio ou baixo impacto ambiental que as empresas causavam no meio ambiente de acordo com o anexo VIII da Lei 10.165/2000, as outras empresas do setor financeiro que não constavam nesse anexo foram consideradas de baixo nível tendo em vista a atividade que as mesmas exercem e que não causam muito impacto ambiental. E por fim, foram classificadas quanto à adoção ou não das diretrizes de publicação da GRI.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme observado na pesquisa, as 10 empresas foram avaliadas de acordo com o seu nível de informações ambientais divulgadas, através de seus Relatórios Anuais ou de

Sustentabilidade em 2017, de modo que haja clareza das informações não apenas para os seus acionistas, mas também a todos os seus *stakeholders*.

Após coletados os dados, foram encontrados os seguintes resultados apresentados a seguir.

Tabela 1 – Divulgação ‘hard’ e ‘soft’ por empresa

| | ITAÚ UNIBANCO | BCO BRADESCO | VALE S.A | BANCO DO BRASIL | BRASKEM S.A | CIELO S.A | JBS S.A | ELETROBRÁS S.A | SUZANO PAPELE E CELULOSE | COMP. BRASILEIRA DE DISTRIB. |
|-------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|-----------|-----------------|-------------|-----------|-----------|----------------|--------------------------|------------------------------|
| Divulgação ‘hard’ (quantitativa) (0-79) | | | | | | | | | | |
| (A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6) | 3 | 4 | 4 | 3 | 2 | 3 | 4 | 4 | 5 | 3 |
| (A2) Credibilidade (nota máxima 10) | 9 | 9 | 6 | 7 | 4 | 8 | 7 | 5 | 6 | 5 |
| (A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60) | 5 | 13 | 12 | 10 | 13 | 12 | 12 | 8 | 10 | 11 |
| (A4) Gastos ambientais (nota máxima 3) | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 0 | 2 | 2 | 1 | 0 |
| Total | 17 | 27 | 24 | 22 | 21 | 23 | 25 | 19 | 22 | 19 |
| Divulgação ‘soft’ (qualitativa) (0-16) | | | | | | | | | | |
| (A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6) | 4 | 3 | 6 | 5 | 6 | 5 | 5 | 5 | 4 | 5 |
| (A6) Perfil ambiental (nota máxima 4) | 2 | 1 | 3 | 1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 0 |
| (A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6) | 1 | 1 | 6 | 3 | 2 | 4 | 2 | 3 | 2 | 1 |
| Total | 7 | 5 | 15 | 9 | 11 | 12 | 10 | 11 | 9 | 6 |
| Total (0-95) | 24 | 32 | 39 | 31 | 32 | 35 | 35 | 30 | 31 | 25 |

De acordo com a Tabela 1, pode-se identificar que no que diz respeito a divulgação ‘hard’ (quantitativa) o Banco Bradesco teve o maior número de informações evidenciadas, com um total de 27 pontos, o que representa menos de 35% do total de pontos possíveis de serem evidenciados (79 pontos), onde o item Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA) só obteve 13 pontos dos 60 possíveis, e a que menos divulgou foi o Itaú Unibanco, com um



total de 17 pontos, representando 21,5% do total, destacando o item Gastos Ambientais, que não teve nenhuma informação ambiental divulgada. Já no que tange a divulgação ‘soft’ (qualitativa), o destaque foi para a empresa Vale S.A, com 93,75% (15 pontos) das informações evidenciadas em seus relatórios, não obtendo nota máxima em apenas um item, Perfil Ambiental, no qual teve 3 dos 4 possíveis, em contra partida a que menos divulgou foi o Banco do Bradesco, com 05 pontos, representando, 31,25%, dos 16 pontos possíveis.

Este resultado evidencia que a empresa Vale S.A, teve o destaque na evidenciação de informações qualitativas, o que é de se esperar já que é uma empresa que causa um nível alto impacto ambiental de acordo com a Lei 10.165/2000, nada mais coerente do que ter em sua empresa visão e estratégias ambientais, ter uma visão geral do impacto que a empresa e seus produtos e/ou serviços causam a natureza e etc. E o Banco Bradesco na divulgação de informações quantitativas o que significa que esta instituição financeira foi destaque nos requisitos de estrutura de governança e sistema de gestão, credibilidade, índices de desempenho ambiental (IDA), e gastos ambientais, em que a empresa fez investimentos com tecnologias e/ou inovações ambientais para que possa reduzir ao máximo qualquer impacto que a empresa possa causar ao meio ambiente, segundo os dados encontrados no *scorecard* de análise de conteúdo. Mas no geral, somando os pontos obtidos na divulgação ‘hard’ e ‘soft’ percebe-se que a empresa Vale S.A foi a que mais divulgou informações ambientais.

As empresas foram separadas em 3 grupos, onde no grupo 1 elas se dividem em empresas de alto, médio e baixo nível de impacto ambiental; no grupo 2, as que adotaram e as que não adotaram a GRI como diretriz a ser seguida para elaboração de seus relatórios e no grupo 3, as empresas que divulgaram suas informações ambientais em seus Relatórios Anuais ou Relatório de Sustentabilidade.

Quadro 2 – Divisão das empresas por grupos

| Lista das Empresas | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | Grupo 3 | |
|------------------------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------------------|
| | Empresas de alto nível | Emp. de médio nível | Emp. de baixo nível | Sem adoção da GRI | Com adoção da GRI | Relatório Anual | Relatório de Sustentabilidade |
| Itaú Unibanco | - | - | sim | - | sim | sim | - |
| Banco Bradesco | - | - | sim | - | sim | sim | - |
| Vale S.A | sim | - | - | - | sim | - | sim |
| Banco do Brasil | - | - | sim | - | sim | sim | - |
| Braskem S.A | sim | - | - | - | sim | sim | - |
| Cielo S.A | - | - | sim | - | sim | - | sim |
| JBS S.A | - | sim | - | - | sim | sim | - |
| Eletróbrás S.A | - | - | sim | - | sim | sim | - |
| Suzano Papel e Celulose | sim | - | - | - | sim | - | sim |
| Comp. Brasileira de Distribuição. | - | - | sim | sim | - | - | sim |

No que trata da estatística descritiva dos dados, pode-se observar a Tabela 2, que apresenta os valores encontrados após o cálculo.

Tabela 2 – Estatística Descritiva

| Presente: médias (medianas) e alcances (mín-máx). | Geral: N = 10 | Empresas de alto nível N=3 | Empresas de médio nível N=1 | Empresas de baixo nível N=6 | Sem adoção da GRI N=1 | Com adoção da GRI N=9 | Relatório anual N=6 | Relatório sustentab. N=4 |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------|-----------------------------|
| Divulgação 'hard' (quantitativa) (0-79) | 21,9 (22) 27 -17 | 22,3 (22) 24 -17 | 25 (25) 25 - 25 | 21,2 (20,5) 27 - 17 | 19 (19) 19 -19 | 22,2 (22) 27 -17 | 21,8 (21,5) 27 - 17 | 22,0 (22,5) 24 - 19 |
| Divulgação 'soft' (qualitativa) (0-16) | 9,5 (9,5) 15 -5 | 11,7 (11) 15 -9 | 10 (10) 10 - 10 | 8,3 (8,0) 12 - 5 | 6 (6) 6 -6 | 9,9 (10) 15 -5 | 8,8 (9,5) 11 - 5 | 10,5 (10,5) 15 - 6 |
| Total (0-95) | 31,4 (31,5) 39 -24 | 34 (32) 39 -31 | 35 (35) 35 - 35 | 29,5 (30,5) 35 - 24 | 25 (25) 25 -25 | 32,1 (32) 39 -24 | 30,7 (31,5) 35 - 24 | 32,5 (33) 39 - 25 |



Todas as informações foram obtidas através do Relatório de Sustentabilidade, seja ele em separado ou integrado ao Relatório Anual, porém das 10 empresas analisadas pode-se observar que 6 empresas não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade em separado, os dados das empresas foram coletados de seus Relatórios Anuais de 2017.

Conforme observado na Tabela 2, apenas um dos três grupos não obteve o coeficiente médio superior para os grupos já esperados, que no caso foi o grupo 1, das empresas de alto nível. O grupo com adoção da GRI e o grupo dos Relatórios de Sustentabilidade mostram um coeficiente médio superior em relação aos seus opostos. Com relação às empresas de alto nível e com adoção de GRI, vimos que obtiveram os mesmos coeficientes médios, seguindo um mesmo padrão de diretrizes. As empresas que não adotaram as diretrizes da GRI constataram um coeficiente médio de 25 contra 32,1 para as empresas que a adotaram. Apenas uma dessas empresas não adotou as diretrizes GRI, que é a Companhia Brasileira de distribuições – GPA.

Já no grupo 3, não houve uma diferença expressiva do Relatório de Sustentabilidade (RS) em relação ao Relatório Anual, apesar de o RS conter informações mais completas sobre a publicação ambiental. Além disso, nenhuma das empresas tinha a informação sobre (IDA) sobre a liberação de produtos tóxicos e sobre outras descargas, liberações e/ou derramamentos, ou se existia através do seu comportamento ambiental alguma associação com o salário dos executivos, e nem uma visão geral do comportamento ambiental com relação aos pares na empresa.

5. CONCLUSÕES

A finalidade desta pesquisa foi analisar a evidenciação ambiental das 10 (dez) maiores empresas brasileira de Capital Aberto no ano de 2017, através do uso do *scorecard* análise de conteúdo aplicado por Clarkson *et al.*, (2008), em que por meio dele pode-se chegar aos resultados quantitativos e qualitativos quanto ao nível de evidenciação em Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, que são os meios de as empresas declararem suas práticas e realizações quanto ao impacto ambiental causado pela atividade que elas exercem. Para se chegar ao resultado de quais empresas obtiveram o maior nível de evidenciação foram levadas em conta não só a aplicação do *scorecard* como também, o nível de impacto ambiental entre alto,



médio e baixo, e também quanto à adoção ou não das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Apesar de não ser obrigatória no Brasil a divulgação desses relatórios, há um aconselhamento por parte do CFC e do CVM quanto a publicação deles, todas as empresas estudadas as divulgam, pois devido aos grandes impactos ambientais que as empresas geram para o meio ambiente tem se percebido a cada dia o quão importante é de se utilizar de práticas ambientais em seus negócios e mais ainda, a de expô-las à todos os interessados (*stakeholders*) que buscam informações de natureza sustentável, fazendo com que estas empresas se tornem cada vez mais atraentes e competitivas para o ambiente externo e assim invistam cada vez mais em práticas e inovações tecnológicas a fim de mitigar ao máximo o impacto que a natureza de suas atividades proporcionam ao meio ambiente.

Através da análise do resultado ‘hard’ nota-se que nele se concentra a maior parte da pontuação tendo em vista que ele é quem define praticamente qual empresa tem um nível mais alto de divulgação. Foi encontrada relação de mais elevado nível de divulgação em empresas de nível médio, que adotavam as diretrizes da GRI e que também divulgavam suas informações sustentáveis em seus Relatórios de Sustentabilidade, pois apesar de não ter um impacto tão alto, a empresa teve muita informação ambiental que correspondia às perguntas da análise de conteúdo quanto à divulgação quantitativa e qualitativa.

Como futuras pesquisas recomenda-se que a realização de outros trabalhos através da alteração do número de empresas, para que se possa ampliar o estudo realizado.

6. REFERÊNCIAS

15 maiores empresas brasileiras no Global 2000. **Forbes**, 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/listas/2018/06/15-maiores-empresas-brasileiras-no-global-2000/#foto1>> Acesso em: 17 nov. 2018.

AURÉLIO. Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI. 1999. Editora Nova Fronteira. Versão Eletrônica de Lexikon Informática Ltda.

BATISTA, A. B.; CRUZ, N. V. S.; BRUNI, A. L. Fatores Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Maiores Transnacionais Brasileiras em 2014 Segundo a Fundação Dom Cabral. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 14, n. 3, p. 140-161, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44014/fatores-determinantes-do-nivel-de->



divulgacao-ambiental-nas-maiores-transnacionais-brasileiras-em-2014-segundo-a-fundacao-dom-cabral--/i/pt-br> Acesso em: 20 nov. 2018.

BRAGA, J. P., & SALOTTI, B. M. (2008). Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. Anais eletrônicos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 8.

BRASIL. LEI Nº 10.165, DE 27 dez . 2000. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, DF, dez 2017.

BURGWAL, D. V.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 25, n. 64, p. 0-78, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/30693/determinantes-da-divulgacao-ambiental-em-companhias-abertas-holandesas>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CLARKSON, P. M., LI, Y., RICHARDSON, G. D., & VASVARI, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33 (4/5), 303-327.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11**: Normas De Auditoria Independente Das Demonstrações Contábeis.

_____. **NBC T 15**: Informações De Natureza Social E Ambiental

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A UNIFORMIDADE NA EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 43, p.20-33, fev. 2007. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.revistas.usp.br/rcf/article/download/34212/36944&hl=pt-BR&sa=X&scisig=AAGBfm2jOSfTLiyIpVdJAaxJsxM9Fi-A_w&nossl=1&oi=scholar>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CVM. Parecer de Orientação CVM nº 15/87. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare015.html>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PAULO, Francislene F. M. de. A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspectos Sócio-ambientais e Econômico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis. **Brazilian Business Review**, [s.l.], v. 1, n. 2, p.74-90, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1230/123017745001/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DANTAS, José Alves et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, set. 2008. ISSN 1984-6606. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/economiaegestao/article/view/40/34>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.181-235, Dec. 2001.



- GIACOMIN, Juciléia; OTT, Ernani; GRANDO, Tadeu. Estudo sobre Variáveis Determinantes do Nível de Divulgação de Informações Voluntárias Ambientais. **Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.97-115. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/628/pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KATES, R. et al. Sustainability Science. 2000. **KSG Working Paper No. 00-018**. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=257359>>. Acesso em 19 Nov. 2018.
- MURCIA, Fernando Da-Ri et al. ‘Disclosure Verde’ nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.l.], v. 11, n. 1-2, mar. 2009. ISSN 1984-3925. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/21>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- NEU, D., WARSAME, H., & PEDWELL, K. (1998). Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, 23 (3), 265-282.
- ONO, Fabiane Zoraia Tribess; PANUCCI FILHO, Laurindo. RELATÓRIOS DE ADESAO E DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL POR EMPRESAS BRASILEIRAS. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p.27-40, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/13570/9595>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- RIBEIRO, M. S.; RESENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z. Uma análise multidimensional dos projetos brasileiros de MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 1 p. 14 - 29, 2008.
- ROVER, Suliani et al . Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, Jun. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008021072012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Nov. 2018.
- SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. **Brazilian Business Review**, Vitória/es, v. 02, n. 01, p.53-70, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1230/123016184004.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.
- VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, Dec. 2001.



Anexo – Modelo de Clarkson

Índice de avaliação da qualidade da divulgação voluntária sobre políticas, desempenho e insumos ambientais.

Itens de divulgação ‘hard’

(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6)

1. Existência de um departamento de controle da poluição e/ou posições gerenciais para fins de gestão ambiental (0-1)
2. Existência de um comitê de temas ambientais e/ou públicos no conselho (0-1)
3. Existência de termos e condições aplicáveis aos fornecedores e/ou clientes com relações às práticas ambientais (0-1)
4. Envolvimento dos *stakeholders* no estabelecimento de políticas empresariais ambientais (0-1)
5. Implementação do ISO14001 no nível da fábrica e/ou da empresa (0-1)
6. Vínculo entre remuneração dos executivos e seu desempenho ambiental (0-1)

(A2) Credibilidade (nota máxima 10)

1. Adoção das diretrizes GRI de divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou provisões de um relatório CERES (0-1)
2. Verificação/garantia independente sobre informações ambientais divulgadas no relatório de proteção ambiental/*web* (0-1)
3. Verificações/auditorias periódicas independentes do desempenho e/ou sistemas ambientais (0-1)
4. Certificação de programas ambientais por agências independentes (0-1)
5. Certificação do produto com relação ao impacto ambiental (0-1)
6. Prêmios externos de desempenho ambiental e/ou inclusão em um índice de sustentabilidade (0-1)
7. Envolvimento dos *stakeholders* no processo de divulgação ambiental (0-1)
8. Participação em iniciativas ambientais aprovadas por Agência de Proteção Ambiental ou Ministério das Energias (0-1)
9. Participação em associações/iniciativas específicas da indústria para melhorar as práticas ambientais (0-1)
10. Participação em outras organizações/associações ambientais para melhorar as práticas ambientais (diferente da considerada sob 8 ou 9 acima) (0-1)

(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60)³

1. IDA sobre uso de energia e/ou eficiência de energia (0-6)
2. IDA sobre uso de água e/ou eficiência do uso de água (0-6)
3. IDA sobre emissão de gases do efeito estufa (0-6)
4. IDA sobre outras emissões no ar (0-6)
5. IDA sobre liberação de produtos tóxicos - TRI4 (terra, água, ar) (0-6)
6. IDA sobre outras descargas, liberações e/ou derramamentos (fora TRI) (0-6)
7. IDA sobre geração e/ou gestão do lixo (reciclagem, reuso, redução, tratamento e eliminação)(0-6)
8. IDA sobre uso de terra e recursos, biodiversidade e preservação (0-6)



9. IDA sobre impactos ambientais dos produtos e serviços (0-6)
10. IDA sobre desempenho de cumprimento (por exemplo excessos, incidentes de notificação compulsória) (0-6)

(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3)

1. Resumo do dinheiro economizado pela empresa como resultados de iniciativas ambientais (0-1)
2. Valor gasto com tecnologias, P&D e/ou inovações para melhorar o desempenho e/ou a eficiência ambiental (0-1)
3. Valor gasto com multas relacionadas a questões ambientais (0-1)

Itens de divulgação ‘soft’

(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6)

1. Declarações do diretor sobre desempenho ambiental em uma carta aos acionistas e/ou *stakeholders* (0-1)
2. Uma declaração sobre a política empresarial ambiental, valores e princípios, códigos de conduta ambiental (0-1)
3. Uma declaração sobre sistemas gerenciais formais relacionados ao risco e desempenho ambientais (0-1)
4. Uma declaração de que a empresa efetua revisões e avaliações periódicas do seu desempenho ambiental (0-1)
5. Uma declaração sobre metas mensuráveis em termos do desempenho ambiental futuro (não consideradas sob A3) (0-1)
6. Uma declaração sobre inovações ambientais específicas e/ou novas tecnologias (0-1)

(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4)

1. Uma declaração sobre o (ou a falta de) cumprimento da empresa com normas ambientais específicas (0-1)
2. Uma visão geral do impacto ambiental da indústria (0-1)
3. Uma visão geral de como as operações e/ou produtos e serviços da empresa influenciam o ambiente (0-1)
4. Uma visão geral do desempenho empresarial ambiental com relação aos pares na indústria (0-1)

(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)

1. Uma descrição substantiva da capacitação dos funcionários para a gestão e as operações ambientais (0-1)
2. Existência de planos de resposta em caso de acidentes ambientais (0-1)
3. Prêmios ambientais internos (0-1)
4. Auditorias ambientais internas (0-1)
5. Certificação interna de programas ambientais (0-1)
6. Envolvimento comunitário e/ou doações relacionadas ao ambiente (não considerados sob A1,4 ou A2,7) (0-1)

³A escala de avaliação dos dados de desempenho ambiental varia de 0 a 6. Um ponto é dado para cada um dos seguintes itens: (1) apresentação de dados de desempenho; (2) Apresentação de dados de desempenho com relação aos pares/concorrentes ou à indústria; (3) Apresentação de dados de desempenho com relação a períodos anteriores (análise de tendências); (4) Apresentação de dados de desempenho com relação às metas; (5) Apresentação de dados de desempenho nos formatos absoluto e normalizado; (6) Apresentação de dados de desempenho em nível desagregado (i.e. fábrica, unidades de negócios, segmento geográfico).